

Decorreu cerca de um ano desde o momento em que o Mundo se viu confrontado, inesperadamente, com os primeiros sinais de uma forma microscópica de vida que transformou o nosso Universo. Desde então a realidade em que vivíamos mudou radicalmente à escala global e cada um de nós alterou a sua forma de estar e de ser.

Os Estados, embora de modo titubeante, como cada um de nós, mobilizaram-se para enfrentar as dramáticas consequências sociais e económicas de um abalo telúrico com epicentro na pandemia. Porém, para além desse papel fulcral, é importante que se reconheça a importância das organizações e instituições da sociedade civil, em particular, de solidariedade social, que constituem um autêntico dique de contenção no “tsunami” que nos invadiu.

Mesmo em difíceis condições de trabalho no espaço, e no tempo, estas reagiram de forma rápida e eficaz, respondendo a necessidades, defendendo direitos e abrindo novos caminhos de acção e, muitas vezes, colmatando brechas que o Estado e a burocracia não conseguiam ou podiam suprir.

Embora contando, em muitos casos, com o inestimável apoio das autarquias locais, as instituições de solidariedade social têm mostrado uma enorme capacidade para enfrentar os desafios, numa postura caracterizada pela flexibilidade, pela criatividade e pela inovação. Evidenciam o seu papel essencial em áreas que vão desde o fornecimento de bens essenciais e prestação de serviços até à defesa de direitos e da dignidade humana.

A maior valia das actividades que prestam não está apenas numa atitude de caridade, e serviço, aos mais carenciados, dando ajuda às pessoas que as procuram, mas também alcançando as comunidades em dificuldade, ouvindo as necessidades das pessoas, as suas histórias de exclusão, defendendo a sua dignidade e direitos. No anonimato de tanta situação de carência são essas instituições que dão corpo ao nosso impulso de contribuir para tornar um pouco melhor o quotidiano dos mais necessitados de ajuda.

O esforço em termos financeiros, e humanos, dessas instituições, que aumentou meteoricamente em função do momento que vivemos, reclama a nossa solidariedade e sentido de partilha, contribuindo com o que estiver ao nosso alcance e que nos sobeja quer sejam bens materiais, sempre escassos, quer seja a disponibilidade do nosso tempo e serviço.

Desde o Banco Alimentar contra a Fome até, por exemplo, à Cozinha Económica Rainha Santa Isabel, passando por instituições como a Cáritas, é todo um conjunto de entidades onde cidadãos, como qualquer um de nós, dão o melhor de si sem pensar em si e que, neste momento, têm necessidade de um forte empenho e ajuda.

Como esta Comissão constatou, muitas destas instituições atingem os limites em termos das suas possibilidades humanas e materiais, o que, tornando-as mais frágeis, se reflecte na sua capacidade de acção e intervenção. Num tempo de Natal, onde vive a esperança e a solidariedade não pode ser uma palavra vã, façamos alguma coisa por quem tem menos do que nós. Não se trata aqui de uma mera opção benevolente, mas de um dever que recai sobre quem tenha a ventura de estar numa situação de vantagem no enfrentar da crise.

Saibamos ser generosos!

CDJP de Coimbra,